

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Maria Joselania Augusto Arruda Aquino

**QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TERRITÓRIO
DE OCUPAÇÃO URBANA MARLY CABELEIRA ALVAREZ NO
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA (RS)**

**São Borja/RS
2025**

MARIA JOSELANIA AUGUSTO ARRUDA AQUINO

**QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TERRITÓRIO
DE OCUPAÇÃO URBANA MARLY CABELEIRA ALVAREZ NO
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA (RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Barboza Castanho

**São Borja/RS
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

A657q Aquino, Maria Joselania Augusto Arruda
QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TERRITÓRIO
DE OCUPAÇÃO URBANA MARLY CABELEIRA ALVAREZ NO MUNICÍPIO DE SÃO
BORJA (RS) / Maria Joselania Augusto Arruda Aquino.
36 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, SERVIÇO SOCIAL, 2025.

"Orientação: Roberto Barboza Castanho".

1. Questões socioambientais. 2. Território. 3. Espaço
urbano. 4. São Borja. 5. Ocupação. I. Título.

MARIA JOSELANIA AUGUSTO ARRUDA AQUINO

**QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TERRITÓRIO DE OCUPAÇÃO URBANA
MARLY CABELEIRA ALVAREZ**

NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA (RS)

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título Assistente Social.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social defendido e aprovada em: 09 de julho de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Roberto Barboza Castanho
Orientador
UNIPAMPA - Campus São Borja/RS

Prof.^a Dr.^a Solange Emilene Berwing
UNIPAMPA - Campus São Borja/RS

Especialista Edvandra Peralta Saldanha Fornasier

Escola municipal de Ensino fundamental Vicente Goulart – São Borja/RS



Assinado eletronicamente por **ROBERTO BARBOZA CASTANHO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/07/2025, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/07/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Edvandra Peralta Saldanha Fornasier, Usuário Externo**, em 17/07/2025, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1787537** e o código CRC **0C6BA730**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me permitido o dom da vida, e me dado força, sabedoria e perseverança para suportar minhas dificuldades durante minha formação.

Agradeço ao meu esposo, por me fazer a surpresa de realizar todo processo de inscrição na universidade e estar sempre me apoiando e incentivando em todo percurso da minha formação.

Agradeço aos meus filhos, que sempre estiveram junto comigo me incentivando.

Agradeço ao meu professor Dr. Roberto Barboza Castanho por ter me acolhido como sua orientanda, por suas orientações e por ter dedicado um pouco de seu tempo para me corrigir e me incentivar a continuar firme na conclusão deste TCC.

Agradeço à minha professora Solange Emilene Berwig que sempre me deu apoio nos momentos de dificuldade no decorrer do curso quando pensei em desistir do mesmo. Aos demais professores da universidade que me proporcionaram um amplo aprendizado na minha formação.

Agradeço às Professoras Dra. e Dra. Solange Emilene Berwig e a Edvandra Peralta Saldanha Fornasier, por aceitar o convite para participar da minha banca examinadora.

Agradeço aos colegas da turma que me proporcionaram, muitos momentos de descontração, de incentivo e de aprendizado no decorrer desta formação.

Agradeço a todos os amigos que de alguma forma fizeram parte dessa minha trajetória até aqui, a todos o meu muito obrigado.

“A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça por toda parte.”

(Martin Luther King)

RESUMO

O déficit habitacional e as precárias condições de moradia de grande parte do povo brasileiro, representam uma realidade quase sempre invisível aos olhos da sociedade. Tal realidade motivou a realização da pesquisa sobre o tema, com o objetivo de compreender o processo que levou à ocupação do espaço urbano Marly Cabeleira Alvarez no município de São Borja. Para esse fim, realizou-se uma pesquisa exploratória e qualitativa através de autores e documentos que tratam da temática e também a observação, que é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações valendo-se dos sentidos para conhecer a realidade. As etapas metodológicas foram: (a) definição do tema, (b) levantamento bibliográfico, (c) coleta de dados, (d) tabulação de dados, (e) trabalho de campo, (f) redação do TCC, (g) defesa. O recorte temporal compreendeu o período de 2016 a 2023. Tal pesquisa identificou a existência de problemas inerentes às populações que vivem à margem da sociedade com ênfase aos aspectos de infraestrutura, vulnerabilidade social e poluição ambiental. Ao detectar esses resultados foi possível identificar a deficiente ação das políticas públicas que poderiam atenuar os problemas observados no espaço da ocupação e aliado a essa questão identificou-se também a necessidade de uma melhor organização comunitária que possa representar coletivamente os anseios daquela comunidade.

Palavras-Chave: Ocupação Urbana; Sociedade; Comunidade; Vulnerabilidade; Políticas Públicas.

RESUMEN

El déficit de vivienda y las precarias condiciones de vida de gran parte de la población brasileña representan una realidad casi siempre invisible para la sociedad. Esta realidad motivó la investigación sobre el tema, con el objetivo de comprender el proceso que condujo a la ocupación del espacio urbano de Marly Cabeleira Alvarez en el municipio de São Borja. Para ello, se realizó una investigación exploratoria y cualitativa a través de autores y documentos que abordan el tema, así como la observación, que es una técnica de recolección de datos para obtener información utilizando los sentidos para comprender la realidad. Los pasos metodológicos fueron: (a) definición del tema, (b) estudio bibliográfico, (c) recolección de datos, (d) tabulación de datos, (e) trabajo de campo, (f) redacción del TCC, (g) defensa. El período abarcado por el estudio fue de 2016 a 2023. Esta investigación identificó la existencia de problemas inherentes a las poblaciones que viven al margen de la sociedad, con énfasis en aspectos de infraestructura, vulnerabilidad social y contaminación ambiental. Al detectar estos resultados, fue posible identificar la deficiente acción de políticas públicas que pudieran paliar los problemas observados en el espacio ocupado y, además de esta cuestión, también se identificó la necesidad de una mejor organización comunitaria que pudiera representar colectivamente los anhelos de esa comunidad.

Palabras clave: Ocupación Urbana; Sociedad; Comunidad; Vulnerabilidad; Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

A organização do espaço e seu uso, sempre foram questões intrínsecas do homem, e nesse sentido, conseqüentemente, o território e suas nuances passam a ser alvo de disputas, conflitos, reordenamentos e especulações das mais diversas formas, dinamizando e convergindo para o interesse individual ou de grupos em tal espaço a ser explorado.

Assim, o objetivo geral desta investigação acadêmica, versa em compreender o processo que levou a ocupação do espaço urbano Marly Cabeleira Alvarez no município de São Borja – RS.

Quanto aos objetivos específicos, delinearão-se os seguintes: (a) Verificar a existência de questões sociais (saúde, moradia, transporte, emprego, entre outros) na comunidade; (b) Analisar os elementos que contribuem para a geração de renda dos moradores da comunidade.

O foco desta pesquisa de campo, é a ocupação de um espaço por famílias que não tinham moradia própria, assim faz-se necessário a compreensão do processo que levou à implantação dessas famílias naquele espaço e os problemas sociais inerentes aos moradores e quais políticas públicas de inclusão social são desenvolvidas na comunidade.

Compreender a problemática que envolve uma comunidade não é algo simples, tanto mais complexo se torna tal tarefa, quando se trata daquela que foi constituída em função da luta por moradia, pois quase sempre a infraestrutura mínima, vem depois que já estão instaladas as famílias de uma determinada área. Quando se forma uma comunidade fruto de uma ocupação de área, naturalmente passam a conviver histórias de vida distintas que podem não conter similaridade de características.

A ocupação do espaço urbano denominado Marly Cabeleira Alvarez, dentro do território do município de São Borja, ainda está em processo de regularização fundiária. Dentro do espaço daquela comunidade, chama a atenção, problemas envolvendo questões sociais e de infraestrutura; condições precárias de moradia; desemprego; baixa renda; vulnerabilidade social; degradação ambiental, esgoto a céu aberto, pulverização de agrotóxicos em área adjacente, entre outros.

Há fatores que se relacionam com os problemas apresentados naquela comunidade, como a imersão dos sujeitos aos processos de empobrecimento e

vulnerabilização pela falta de condições dignas de vida, levando em consideração que a situação financeira contribui para a decisão de escolher um lugar para morar ou se instalar por um período de tempo, ou seja, a disponibilidade do lugar e o valor que se pode pagar pelo lugar.

A problemática que norteou essa pesquisa foi o crescimento urbano desordenado; os problemas sociais e a desigualdade; a infraestrutura inadequada; segurança das moradias e habitações precárias e questão ligada a mobilidade urbana.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi o método dialético crítico, porque este é utilizado pelo serviço social e tem como categorias centrais, a contradição, a historicidade e a totalidade. Sobre essas categorias podemos afirmar “A contradição, como categoria da dialética que garante o movimento, a dinâmica” (Damascena, 2017, p.26). A historicidade indica que,

Para atingir a história, ele não parte de um estudo histórico. Vamos repetir mais uma vez: parte da lógica. Extrai uma forma, o valor de troca. Mostra sua estrutura (um conjunto de equivalências) e seu funcionamento (troca, circulação, constituição do dinheiro e da moeda). Depois, passa para o conteúdo: o trabalho social produtivo, com suas perequações coerentes, os meios sociais (produtividade média de uma sociedade determinada, etc.) Atinge, assim, o histórico (divisão do trabalho, acumulação do capital, formação da burguesia)” (Lefebvre, 1991, p. 22).

E a totalidade, seria a [...] “maneira de apreender a realidade em seu íntimo movimento, para além do fenômeno aparente, adentrando na sua essência, nas conexões internas das partes, bem como do todo o que compõe” (Damascena, 2017, p. 24).

O tipo de pesquisa que foi utilizada é a exploratória, porque tem como objetivo o aperfeiçoamento de ideias e de algumas intuições (Chizzotti, 2000). O enfoque será qualitativo pois, “conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado” (Chizzotti, 2000, p. 79).

A técnica que será utilizada para a coletas de dados será a observação que é “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos para conhecer a realidade, pois [...] não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (Marconi, Lakatos, 2007, p. 88). O trabalho abrangerá pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

2.1. Etapas metodológicas

As etapas metodológicas deste trabalho foram: (a) definição do tema, (b) levantamento bibliográfico, (c) coleta de dados, (d) tabulação de dados, (e) trabalho de campo, (f) redação do TCC, (g) defesa. Desta forma, a seguir, serão detalhadas as etapas realizadas ao longo desta seção.

Para atingir o objetivo proposto no trabalho, inicialmente, foi necessário a imersão nas questões sociais que dizem respeito a realidade das famílias que residem no local como moradia, saúde, emprego, renda, transporte entre outros e quais equipamentos públicos estão disponibilizados para o atendimento às necessidades daquela localidade.

Na segunda etapa, investigamos pela revisão bibliográfica, conceitos sobre território e lugar buscando assim, entender teoricamente as relações estabelecidas por estes. Ainda nesta etapa trazemos a baila questões referentes ao deficit imobiliário e o direito à moradia levando em conta a Constituição Federal do Brasil(1988) e o Estatuto da Cidade, além de temas relacionados com as ocupações urbanas e questões socioambientais.

A terceira etapa do trabalho, consistiu no levantamento de dados por meio da pesquisa de campo junto à comunidade, onde foram tabulados informações sobre população, moradia, saneamento e meio ambiente. No que tange ao histórico da ocupação utilizamos o método grupo focal, juntamente com as lideranças mais antigas que organizaram o processo de ocupação.

De posse dos dados levantados, procedemos à sua análise e interpretação para a compressão da realidade local. Na etapa final, procedemos a verificação do conjunto dos fenômenos de ordem material e social que interagem entre sí e suas

consequências, e assim, compreender a dinâmica que envolveu o processo de ocupação.

O trabalho de campo baseia-se na interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa. Sua formação obedece a critérios previamente determinados pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da investigação, cabendo a este a criação de um ambiente favorável à discussão, que propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista (Minayo, 2000).

Gaskell (2002, p. 79) considera que os grupos focais “propiciam um debate aberto e acessível em torno de um tema de interesse comum aos participantes. Um debate que se fundamenta numa discussão racional na qual as diferenças de status entre os participantes não são levadas em consideração”.

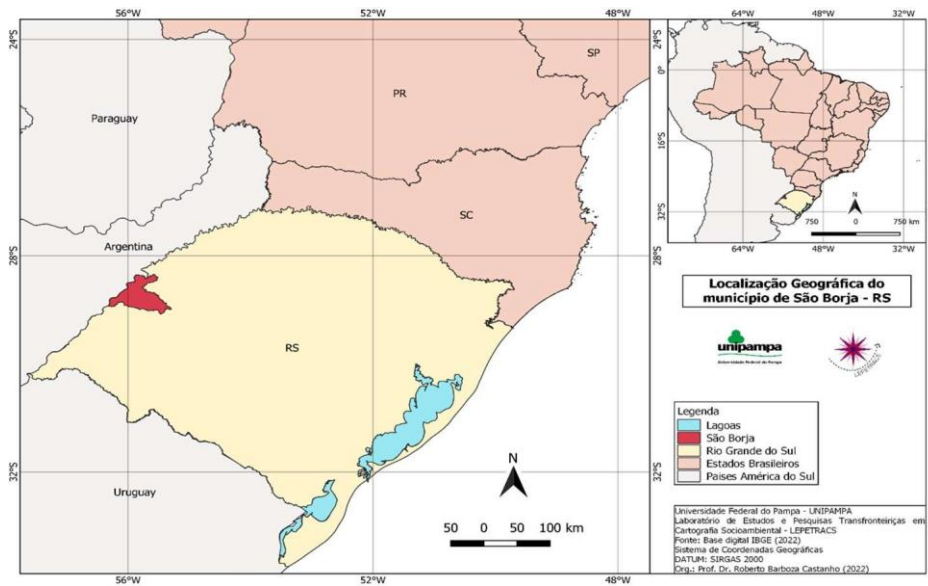
A escolha dos participantes da pesquisa de campo baseou-se na padronização de características em comum que estão associadas à temática central em estudo, o grupo deve ser, portanto, homogêneo em termos de características que interfiram radicalmente na percepção do assunto em foco.

2.2. Dados sócio-demográficos

O Município de São Borja possui um território de 3.616,69 Km², localizado na mesorregião Sudoeste do Rio-grandense e microrregião da Campanha Ocidental, conforme figura 1, apresenta 62,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 96,7% de domicílios urbanos em vias públicas, arborização de 12,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Sua população atual é de 59.676 habitantes, apresenta uma densidade demográfica de 16,50 habitantes por quilômetro quadrado, é caracterizado pelo bioma pampa (IBGE, 2022).

A região de São Borja destaca-se, por constituir espaços-temporais relacionados com o bioma pampa, rio Uruguai e com as antigas reduções jesuítico-indígenas. Nesses espaços foram criados, ao longo dos últimos 380 anos, diversas relações sociais, econômicas e culturais, que contribuíram para a constituição de variados modos de vida e práticas sociais fronteiriças, realidades que se formaram a partir de diversos momentos históricos (Pinto, 2015).

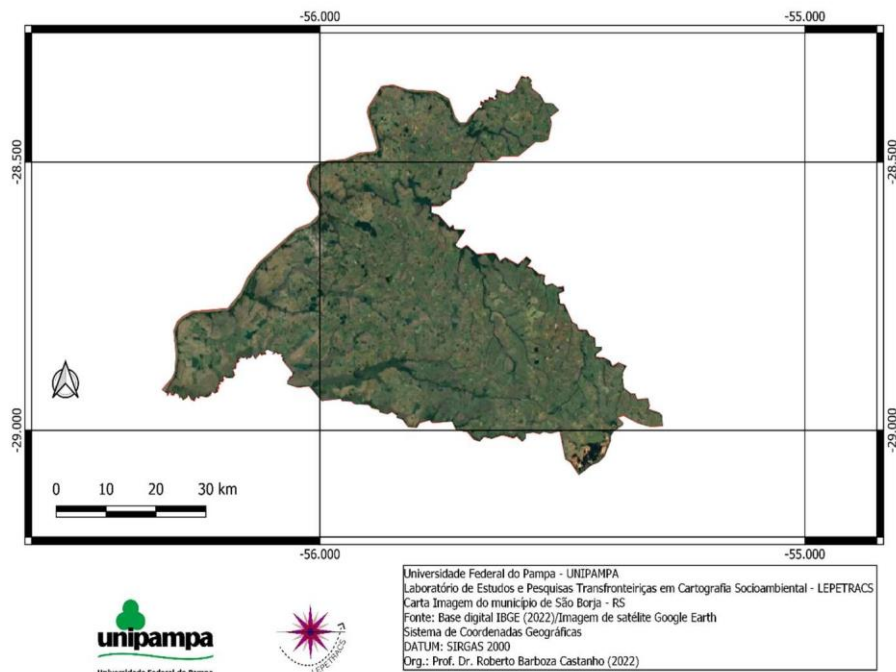
Figura 1 – mapa de localização de São Borja



Fonte: Castanho (2022).

Na figura 2, é apresentado município de São Borja, com uma carta imagem, representando todo seus limites.

Figura 2 – Carta imagem do município de São Borja/RS



Fonte: Castanho (2022)

A figura 3, apresenta a representação espacial da localização da ocupação Marly Cabeleira Alvarez na zona leste da cidade de São Borja.

3. REVISÃO TEÓRICA

Recentemente com a retomada dos estudos da geografia política e de geopolítica, a expressão território ganha ênfase em concorrência com termos tradicionais como espaço e região. Na definição de Andrade (2004, p. 19), o território sob a ótica das ciências humanas, seria a área de influência e predomínio de uma espécie animal em seu domínio em concorrência com domínios de outras espécies, enquanto na ótica das ciências sociais, aquele vai estabelecer as relações entre classes sociais e espaço dominado de acordo com a definição de Élisée Reclus.

Verifica-se, com determinada predominância e quase que de forma homogênea, uma acepção de território como “área, superfície ou extensão de terra, controlada por uma jurisdição político-administrativa, base geográfica da soberania de um Estado” (Neto, 2013, p. 3).

Segundo Souza (1995 *apud* Neto, 2013),

A concepção de território na tradicional Geografia Política, fixado na escala nacional e assentado na figura do Estado-nação, pressupunha limites espaciais e temporais com pequena mobilidade, pois, entende a durabilidade como geradora de raízes e identidade sociocultural.

Sobre o conceito de território e sua problematização na geografia brasileira, Souza (1995 *apud* Neto, 2013), sintetiza bem a ideia de flexibilidade e mobilidade das múltiplas escalas da territorialidade,

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (Souza, 1995, p. 81).

Para muitos pesquisadores, o vocábulo território é, ainda hoje, quase que sinônimo de espaço geográfico. Na definição de Souza (1995, p. 78): “[...] território é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”.

Não se pode confundir o conceito de território com o de espaço ou lugar, pois está ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Nesse sentido, Andrade (2004) afirma que deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estende os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas).

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. Assim, o Brasil, que possui desde o período colonial um grande espaço, durante séculos não o transformou em território, por meio do exercício da sua gestão, só vindo a tentar fazê-lo a partir dos meados do século XX, quando o governo, no Estado Novo, criou a Fundação Brasil Central e pregou 'a marcha para o Oeste', procurando expandir a área de ação e de domínio do Governo (Andrade, 2004, p. 20).

Para Santos (2001), o território são formas, mas o território usado são objeto e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Nesse sentido ele argumenta que, tanto o território quanto o lugar são esquizofrênicos no contexto da globalização, pois assim como há um acolhimento desta nova ordem, há também a produção de uma contra-ordem em função da produção acelerada de pobres, excluídos e marginalizados, assim.

O papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro da vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (Santos, 2001, p. 114).

Os processos de expansão urbana que se desenvolvem nas cidades, são muito diversos, envolvendo a dispersão espacial tanto de grupos de baixa renda exemplificados pela autoconstrução e por loteamentos irregulares e favelas, quanto de grupos de média e alta renda como os condomínios fechados.

Estas dinâmicas de ocupação das áreas periféricas têm fortes implicações sociais e ambientais. "A expansão destas áreas também implica ausência de saneamento básico, principalmente rede de esgoto, e poluição de rios e córregos, além de um forte processo de desmatamento e degradação ambiental" (Torres; Alves; Oliveira, 2007 *apud* Alves F.; Alves D.; Pereira; Monteiro, 2010, p. 142).

Assim, esta dinâmica de urbanização nas regiões periféricas, através da ocupação ilegal, faz com que grande parte das áreas urbanas de risco e proteção ambiental, tais como as margens dos cursos d'água, esteja ameaçada pelas ocupações precárias de uso habitacional de baixa renda, por absoluta falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais (Maricato, 2003).

O Estatuto da Cidade normatiza as diretrizes gerais da política urbana e disciplina diversos instrumentos de intervenção na propriedade. Interessam, dentre suas importantes diretrizes, alguns elementos contidos em seu artigo 2º, inciso XIV, especificamente o tratamento dado à regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais (Brasil, 2008).

O Estatuto da Cidade é o instrumento urbanístico que aponta diretrizes para o enfrentamento da proliferação de formas de ilegalidade urbana, no que diz respeito aos processos de acesso ao solo e à moradia produzida pela combinação entre a falta de políticas habitacionais adequadas e a ausência de opções suficientes e acessíveis oferecidas pelo mercado imobiliário (Brasil, 2008).

O Brasil experimenta níveis de pobreza que revela profundas contradições presentes em seu território, principalmente o perverso quadro de desigualdade social e econômica insculpido em um contexto de abundância. Essa desigualdade de longo tempo e intensa, repercute em várias dimensões na sociedade marcada por invisíveis muros que consolidam diferenças históricas que a seu turno, geram níveis distintos de qualidade de vida e possibilidades desiguais de oportunidade para os vários segmentos da sua população. Para Perroni (2013, p. 63), essas desigualdades,

[...] Inscritas nas diferentes formas de relações sociais se cristalizam nas práticas e representações cotidianas de tal forma que passam a ser estruturantes da vida dos afetados pela pobreza. Trata-se aqui do que denomina-se desigualdades persistentes, ou seja, aquelas que atingem sistematicamente dados grupos populacionais que são progressivamente excluídos.

Pode-se dizer, em suma, que a espoliação urbana não é apenas outra faceta do trabalhador pauperizado. Ela decorre, convém insistir, do processo de acumulação do capital, mas também das dinâmicas das lutas e reivindicações em relação ao

acesso à terra, habitação e bens de consumo coletivo. Assim, de acordo com Kowarick (2009, p. 23):

A questão fundamental reside na capacidade dos vários grupos e camadas sociais de pressionar e obter do Estado esses elementos básicos para sua sobrevivência na cidade. O papel do Estado é fundamental não só pelas razões já arroladas, mas também porque o investimento que injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social

A luta por moradia nos centros urbanos está ligada ao déficit imobiliário ainda presente em nossa realidade em nível nacional. Esse déficit habitacional tem como principais fatores: os altos preços imobiliários, ou seja, custa caro comprar um imóvel ou pagar um aluguel e os baixos salários, pois para muitas dessas famílias pagar um aluguel ou financiamento de um imóvel comprometeria uma grande parcela de sua renda familiar. Assim, o trabalhador tanto formal quanto informal sofre os efeitos da especulação imobiliária responsável pela majoração dos valores dos imóveis tanto para aquisição quanto para locação.

A Constituição Federal (CF/1988) estabelece a moradia como um direito social, segundo a carta magna: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a *moradia*, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, art. 6º).

Já o direito à propriedade é garantido pelo Artigo 5º da Constituição Federal, e está condicionado à função social da propriedade. Isso significa que para ter seu direito de propriedade garantido, o proprietário deve respeitar a função social que ela deve exercer. Mas afinal, *qual a função social da propriedade urbana?* A Constituição Federal em si não trata dessa questão, por isso foi criado o Estatuto da Cidade em 2001. Esse estatuto determina que uma propriedade cumpre sua função social quando respeita as diretrizes do Plano Diretor de sua cidade. Quando esse cumprimento não ocorre, a desapropriação é uma possibilidade. Ainda com relação ao direito a moradia o texto constituinte estabelece em seu artigo 23 que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (Brasil, 1988, art. 23, IX).

3.1. Ocupações urbanas e luta por moradia

De acordo com Lelis (2016, p. 439): “[...] as ocupações urbanas organizadas seguem o ordenamento territorial de um plano urbano não aprovado pelo município. No entanto, elas entram em um explícito embate com a propriedade do terreno em que ocorrem”. Como esse processo não envolve a compra da terra pelos moradores, estes não escolhem o terreno de acordo com suas condições de pagamento, mas pela inserção urbana.

Em relação aos moradores, há que ter em mente que não se trata de uma proposta revolucionária, mas de “[...] acreditar na e viver a ocupação como forma de partilhar o mundo comum, cuja parte lhes é negada: o mundo da vida privada estruturada em torno da propriedade privada de uma moradia digna” (Lelis, 2016, p. 440).

De acordo com o Atlas socioeconômico da SEPLAG, o Rio Grande do Sul está localizado no extremo sul do Brasil. É dividido em 497 municípios, e sua área total é de 281.707,15 km² (incluindo as áreas das Lagunas dos Patos e Mirim). Com uma população de 11.422.973 habitantes, aproximadamente 5,4% da população brasileira, é o quarto estado mais populoso do Brasil (Seplag-RS, 2021).

Segundo o Seplag-RS (2021), o estado possui uma grande diversidade cultural e de paisagens. Em sua formação étnica, destaca-se a presença de descendentes de povos indígenas, negros e europeus. O relevo apresenta altitudes que variam até 1.398m. O clima subtropical caracteriza-se pelas baixas temperaturas, e a vegetação é diversificada, com importantes áreas remanescentes da Mata Atlântica, além da existência de campos que caracterizam a Campanha Gaúcha e as terras altas do Planalto Meridional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. História oral da ocupação Marly Cabeleira Alvarez

O processo de implantação da ocupação da comunidade Marly Cabeleira Alvarez, teve seu primeiro momento no ano de 2016, em um percurso de lutas até o ano de 2023 onde em torno de sessenta famílias, ocuparam uma área urbana na zona

oeste da cidade de São Borja que há época, estava sendo utilizada para o cultivo de soja, essa área era conhecida popularmente como 'antiga lavoura'.

No contexto da ocupação, há um conjunto de relações que merecem uma análise conceitual. Um conceito viável para analisar estas relações é o de *vulnerabilidade socioambiental*, que pode ser definido como a coexistência, cumulatividade ou sobreposição espacial de situações de pobreza/privação social e de situações de exposição a risco e/ou degradação ambiental.

A articulação da ação de ocupação, foi fruto de diversas reuniões e debates entre as famílias que necessitavam de moradia. O processo de ocupação teve seu início quando foram marcados os lotes e as ruas de forma rudimentar e construídos alguns barracos de material reciclável.

Num segundo momento, houve a intervenção da polícia militar local com ordens de reintegração de posse do local e, como não houve resistência, o local foi desocupado. No entanto, voltaram a ocupar novamente os lotes e, a partir daquele momento, buscaram se organizarem em torno de uma associação comunitária, ainda sem registro, que passou a coordenar as reuniões e negociar junto a prefeitura municipal em busca da escritura definitiva da terra.

O processo de regularização, foi marcado por intimidações e burocracia por parte do ente municipal que inicialmente tentou estabelecer as pautas prioritárias junto aos moradores como o tamanho dos lotes. A definição da metragem que prevaleceu, foi a sugerida pela liderança do movimento, onde a maioria ficou com uma área em torno de 275m², com metragem de onze metros de frente por vinte e cinco metros de comprimento.

A história de luta na ocupação é marcada por muito sacrifício das famílias envolvidas, pois não dispunham de infraestrutura mínima para viver com dignidade. A água para consumo era captada em um ponto apenas e transportada em baldes até as casas. Não havia rede elétrica instalada e muitas casas se utilizaram de ligações clandestinas (gatos) que utilizava rede única através de encanação subterrânea.

Foi somente no ano de 2022, por meio de uma ação pública coletiva impetrada pela defensoria pública municipal e acolhida pelo poder judiciário, que a comunidade conseguiu junto a Corsan, atual fornecedora de água no município, a instalação dos pontos de ligação de água, porém, cada família precisou pagar o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) cobrados pela companhia como taxa de instalação. Muitas famílias ainda não conseguiram pagar a referida taxa e continuam sem acesso a

distribuição de água potável, valendo-se, ainda, do consumo coletivo por meio de um ponto central de captação e distribuição de água.

Os moradores da ocupação, no que tange à área da saúde, são atendidos pela Estratégia de Saúde da Família – ESF 6, denominado Emílio Trois da Mota, localizado na rua General Osório nº 3213, bairro São João Batista. A equipe de atendimento dessa unidade conforme tabela nº 1, é composta por um corpo de profissionais capaz de atender as demandas básicas da população desde o acolhimento, avaliação, encaminhamento de exames e a devida profilaxia medicamentosa, no padrão da medicina tradicional.

Tabela 1 – equipe profissional do ESF 6

Profissional	Quantidade
Médico(a)	01
Enfermeiro(a)	01
Técnico(a) de enfermagem	01
Odontólogo(a)	01
Auxiliar bucal	01
Agente operacional	01
Higienizador(a)	01
Agente comunitário de saúde - ACS	09

Fonte: sistematização da autora (2024).

A unidade de Estratégia de Saúde da Família 6, conforme figura 5, possui estrutura médica e odontológica em boas condições, tanto estrutural quanto de equipamentos para a promoção do atendimento em saúde com qualidade à população de sua área de abrangência que envolve o bairro Maria do Carmo e adjacências que abrange os residentes na ocupação Marly Cabeleira Alvarez.

Figura 5 – Fachada do ESF 6

Fonte: Trabalho de campo/acervo pessoal (2024).

O processo de coleta das informações sobre o histórico da ocupação, deu-se pela pesquisa de campo, através de encontro articulado juntamente com os membros da comunidade (Figura 6).

A partir dele, foi possível compreender o processo vivenciado pelos atuais moradores locais como, as reuniões de organização do coletivo da futura ocupação, o mapeamento da área, a definição das lideranças que fariam a interlocução pós ocupação, a definição do tamanho dos lotes e a fundação de associação de moradores local, ressalta-se que esta ação ainda está em curso. Para o levantamento das informações, estabelecemos um pequeno roteiro para a coleta de dados.

De acordo com os promotores da ocupação, é importante fazer a distinção entre invasão e ocupação, uma vez que a invasão remete a uma tomada hostil, injusta e violenta daquilo que é do outro. Já ocupação remete ao ato pacífico de dar destino a algo que está sem uso, no caso em questão, dar uma função social a um imóvel vazio, fazendo cumprir o direito constitucional à moradia. Conforme Milano (2017, p. 2062):

É como se a escolha dos moradores pela via da ocupação os deslocasse para um campo da ilicitude, de interdito jurídico, que impediria o reconhecimento de quaisquer direitos que pudessem ser aferidos a partir daí. De maneira implícita, ou por vezes, explícita, afere-se que a realização de ocupação — nomeada invasão — para fins de moradia implica a assunção do risco de ser despejado e de ter seu local de moradia submetido à permanente condição de insegurança, em uma renúncia tácita de direitos que ocorrerá no ato da invasão.

As ocupações são, essenciais para grande parcela da população que vive à margem do acesso formal à moradia. Em primeiro lugar, pela própria necessidade básica do ser humano de moradia. Mas as ocupações oferecem outros ganhos, como a recomposição do salário desses trabalhadores, muitas vezes já muito baixo. Como afirma Canettieri (2014, p. 26), “com a ocupação o indivíduo se isenta de uma série de custos, como custo de luz, água, impostos e aluguéis, o que acaba proporcionando a oportunidade de aproveitar o dinheiro do salário escasso em outras áreas, como a alimentação”.

Figura 6 – Grupo da pesquisa de campo



Fonte: trabalho de campo/acervo pessoal (2024).

Com relação a infraestrutura local questionou-se o grupo e foi relatado que há nas vias, problemas para o acesso de veículos, pois as ruas não possuem pavimentação adequada, o que dificulta muito o trânsito principalmente em períodos chuvosos. Conforme o relato, após a chuva, fica muito difícil o deslocamento nas ruas, principalmente aquele que é feito a pé (Figura 7), sendo necessário tráfegar descalço até o

perímetro externo da área da ocupação, dificultando sobremaneira atividades normais do cotidiano como ir a escola, ao supermercado, entre outros.

Figura 7 – Fachada da rua Benjamin Duarte Camargo



Fonte: trabalho de campo/acervo pessoal (2024)

A figura 8 da rua Fabiano Alexandre Flores Corrêa demonstra o limite entre uma parte da ocupação e a área de lavoura utilizada para o cultivo de soja e trigo. Indagamos sobre a presença da lavoura tão próxima à área residencial, onde nos esclarecido que este é um dos pontos de maior fragilidade sanitária para as pessoas que residem próximos a essa margem, devido a necessidade de aplicação de agrotóxicos de amplo espectro. Essa prática, tem gerado conflitos entre os moradores e o lavoureiro, em função da constante aplicação de agrotóxicos em períodos regulares, o que vem causando sérios problemas de saúde as pessoas que lá residem, princi-

palmente crianças e idosos, pois sofrem os efeitos danosos desses produtos que geralmente são aplicados à noite como forma de minimizar os efeitos nocivos à saúde humana. No momento da captação da imagem o terreno encontrava-se em dormência devido ao período de entressafra.

Figura 8 – Fachada da rua Fabiano Alexandre Flores Corrêa



Fonte: trabalho de campo/acervo pessoal (2024).

As condições sanitárias de muitas famílias na área da ocupação são preocupantes e não encontram, ainda, o devido respaldo e atenção do poder público local. Nesse quesito perguntamos ao grupo como era a realidade vivenciada pelos moradores. Foi relatado que em uma das extremidades da ocupação, há a presença de canal a céu aberto, cavado por particular, que fazia uso da área adjacente conforme figura no 9, para o cultivo de lavoura. A abertura do canal segundo relato do grupo focal foi

para conter novas ocupações na área. No entanto, gerou outro problema, pois passou a ser utilizado como local de acúmulo de lixo doméstico, dificultando o escoamento da água em período chuvoso e potencializando a proliferação de mosquitos, principalmente da dengue.

Figura 9 – valo de contenção divisor da lavoura com a ocupação

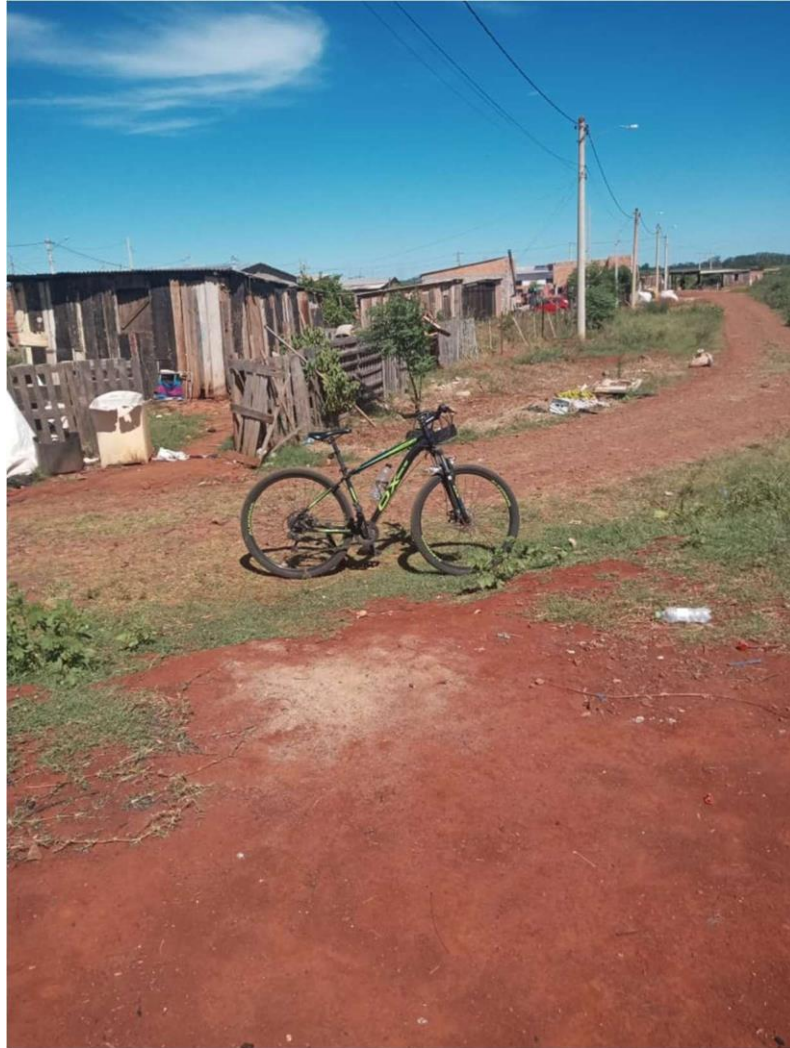


Fonte: trabalho de campo/acervo pessoal (2024).

Grande parte das moradias que a abrigam as famílias atualmente, são construídas com material reciclável mesclado, que varia entre madeiras velhas, chapas de zinco, papelão entre outros. Nesses casos específicos, não há banheiro sanitário instalado, restando ao morador a utilização de patente rudimentar para suas necessidades básicas, potencializando assim, a presença de vetores de doenças infecto contagiosas. Na figura nº 10, evidencia-se a precariedade da moradia construída e o acúmulo de lixo, fruto da atividade de coleta de materiais recicláveis que constitui-se como

a única fonte de renda oriunda do trabalho informal de algumas famílias do local. Algumas moradias não obedecem um ordenamento de metragem de área, devido as constantes mudanças de proprietários pela aquisição dos lotes, seja pela compra, seja pela instalação da família ajustada ao espaço disponível nas extremidades da ocupação.

Figura 10 – moradia rudimentar



Fonte: trabalho de campo/acervo pessoal (2024).

A figura nº 11, retrata o período inicial do processo de ocupação, quando da instalação dos postes de energia elétrica pela distribuidora Enel. Percebe-se ainda, na imagem, presença da lavoura de soja em pleno desenvolvimento. Os espaços destinados as futuras moradias ainda não estavam totalmente preenchidas pois muitos moradores não dispunham à época de condições para construir uma casa com estrutura adequada. Convém ressaltar, que mesmo após a colocação dos postes e ligação

dos pontos de energia nas casas, não foram colocadas as luminárias de rua, entretanto, era cobrado na conta mensal, a taxa de iluminação pública nos imóveis abastecidos. Essa discrepância somente foi corrigida pela ação da defensoria pública local que impetrou ação pedindo o ressarcimento dos valores cobrados indevidamente, porém não houve a devolução e sim a colocação das luminárias. Destaca-se também na imagem, ao fundo, presença de lavoura de soja em pleno desenvolvimento.

Figura 11 – primeiros postes de luz instalados na ocupação



Fonte: arquivo da comunidade (2020).

4.2. O Serviço Social e sua atuação em uma ocupação urbana

Considerando toda a problemática que envolve um processo de ocupação urbana, após a instalação das famílias no que diz respeito a questões inerentes a direitos humanos básicos como: acesso a água potável, energia elétrica, esgotamento

sanitário, regularização fundiária, acesso aos serviços de saúde e assistência social, entre outros, faz-se extremamente necessário a presença e atuação do profissional Assistente Social, pois este pode se tornar um elo de ligação entre a necessidade e o acesso as políticas públicas disponibilizadas.

Sua atuação, seja de forma independente ou a serviço do ente governamental, não deverá restringir-se apenas aos formais registros normativos quantitativos que muitas vezes assumem o papel precípua da atividade, como também, não poderá ficar restrito somente ao assistencialismo baseado nas necessidades pontuais ou momentâneas, pois agindo assim, talvez tenha dificuldades de desenvolver plenamente suas habilidades.

De acordo com o artigo 4º da Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, este poderá exercer as seguintes competências,

Realizar atendimentos individuais e familiares, oferecendo orientação, apoio psicológico e encaminhamento para serviços e recursos sociais; desenvolver, implementar e avaliar programas e projetos relacionados à habitação, regularização fundiária e desenvolvimento urbano; atuar como mediador entre diferentes atores sociais, como governo, comunidade e movimentos sociais, para resolver conflitos e construir consensos; promover ações de educação popular e organização comunitária, visando o empoderamento e a participação social das comunidades; realizar estudos socioeconômicos e análises da situação habitacional, contribuindo para o planejamento e a implementação de políticas públicas; estabelecer parcerias com outros profissionais e instituições, como engenheiros, arquitetos, advogados e órgãos públicos, para a execução de ações conjuntas; lutar pela garantia dos direitos habitacionais e sociais das famílias, em especial as mais vulneráveis, e promover a justiça social (Brasil, 1993).

Esse conjunto de atribuições, certamente não encerra em si, o universo de ações que podem ser desenvolvidas pelo profissional no cotidiano de uma comunidade fruto de ocupação urbana, pois dada a relatividade das experiências vividas no seio de uma coletividade, outras demandas podem emergir do conjunto daquela. Nesse sentido, cabe ao Assistente Social, também, exercer sua atividade não apenas no tácito cumprimento do dever, seja, a serviço do ente institucional, seja de forma independente, mas operando na perspectiva de não dissociar o individual do comunitário e vice-versa.

Especificamente com relação a regularização fundiária, o assistente social buscará planejar e desenvolver ações de mobilização e articulação com associações de moradores e líderes da comunidade, para instigar a participação dos ocupantes

em todo o processo. Já com relação ao levantamento socioeconômico da ocupação, o mesmo pode realizá-lo a partir da visita social, que visa compreender a composição da família e da renda familiar, bem como os fatos históricos da ocupação. Nesse sentido, entende-se que,

[...] os estudos socioeconômicos/estudos sociais, como toda ação profissional, consistem num conjunto de procedimentos, atos, atividades realizadas de forma responsável e consciente. Contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética e expressa [...] podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social (Miotto, 2009, p. 9).

Destacamos que esse tema demanda maior aprofundamento, devido à escassez de produções da categoria profissional do Serviço Social em relação à temática do exercício profissional em programas de regularização fundiária urbana.

Porém, é possível um avanço nas ações e exercício profissional, bem como o fluxo de atendimento das demandas voltadas à regularização fundiária urbana de terras, especialmente, para a classe trabalhadora à luz da teoria social crítica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações urbanas são um universo riquíssimo para a imersão e pesquisa de problemas sociais de uma comunidade pelo profissional do serviço social. Neste trabalho realizado, foi possível compreender a realidade da ocupação urbana da comunidade Marly Cabeleira Alvarez dentro do território da cidade de São Borja.

Para o objetivo que versa em compreender o processo que levou a ocupação, detectou-se através da pesquisa de campo que o déficit imobiliário e a falta de condições financeiras das famílias de baixa renda para aquisição de um lote residencial, foram os principais propulsores que levaram à organização das famílias em torno de algumas lideranças e posterior ocupação da área objeto deste estudo. É necessário compreender que a questão do déficit habitacional e da inadequação de moradias possui relação com o sistema capitalista, que avança e gera uma crise urbana, que só pode ser solucionada através da organização coletiva da classe trabalhadora em defesa e em luta pela Reforma Urbana.

A realidade atual das famílias que compõem aquela comunidade está imersa na problemática que envolve o desordenamento urbano, estando evidenciado

naquela, problemas relacionados à saúde, em função, inicialmente, da desinformação no que diz respeito à prevenção e a promoção de ações voltadas especificamente à sua realidade, aliado às dificuldades de acesso ao equipamento público de saúde (ESF).

Outro aspecto a ressaltar, é a precariedade de algumas moradias, principalmente nas áreas limítrofes da ocupação. Isso está relacionado com a prática de compra e venda de lotes onde ainda não há construções definitivas que passam a abrigar famílias debaixo de estruturas construídas com material reaproveitado do descarte de outras construções.

No que se refere aos elementos que contribuem para a geração de renda, analisamos que as dificuldades para empregabilidade, está relacionada com o desenho capitalista e o pleno desemprego estrutural. São poucos os trabalhadores dentro daquele universo que tem no emprego formal sua fonte de renda para manutenção da família, pois os trabalhadores em sua grande maioria são prestadores de serviços na construção civil ou coletores de materiais recicláveis, que tem gerado o acúmulo de materiais em torno de algumas casas.

Dentro dessa realidade em pauta, há um sentimento de abandono expresso na fala dos moradores (grupo focal), pois não encontram nos entes legislativos ou do executivo o necessário amparo na solução dos problemas em foco já descritos anteriormente.

Cabe ressaltar nesse quesito que a comunidade prescinde de uma organização institucionalizada que possa lhes representar legalmente diante dos órgãos competentes, pois as demandas comunitárias individuais ou coletivas, desde a troca de uma lâmpada de um poste público ao patrolamento de uma rua, ou o recebimento de uma correspondência via correios, não é entregue devido ainda a um processo de reconhecimento oficial da área que compõe a ocupação, pois a mesma esta enquadrada como área rural, apesar dos títulos cartoriais de registro dos imóveis(lotes) que atestam sua localização em área urbana. Portanto, há presente no cotidiano dos moradores, entraves que acabam estancando as necessárias melhorias no seio daquela comunidade. Nesse sentido, a busca por soluções para os problemas aqui elencados, quase sempre são individuais, o que demanda muita determinação por parte de alguns, pois a maioria acaba desistindo dessa busca devido aos entraves burocráticos que se apresentam.

Diante desses obstáculos, predomina a sensação de impotência do indivíduo como cidadão de direito, e a percepção de que a representação do ente político não atende satisfatoriamente os anseios e as necessidades básicas na prestação dos serviços públicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. P. F.; ALVES, C. D.; PEREIRA, M. N.; MONTEIRO, A. M. V. Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 141-159, jan./jun. 2010. Disponível em: https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/123/pdf_117. Acesso em: 22 jun. 2025

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Huciver, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Brasília: Senado Federal; Ministério da Cidade, Brasília, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CANETTIERI, T. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. **E-metropolis**: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, [S.], v. 5, pp. 22-29, 2024. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/133?name=ocupacoes-remocoes-e-luta-no-espaco->. Acesso em: 26 jun. 2025.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DAMASCENA, M. B. **Uma Análise Marxiana do Direito ao Trabalho**: da normatização à execução no Brasil. 2017. 188 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-RS, 2017.

FLICK, U. Entrevista episódica. *In*: GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 114-136.

FREITAS, S. M. de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. IBGE: [S.], 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 15 de jun. 2025.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. 2ª ed. São Paulo: Edição 34, 2009.

LEFEBVRE, H. **El Materialismo Dialectico**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1991.

LELIS, N. Ocupações Urbanas: A poética territorial da política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**, Recife, v. 18, n. 3, p. 428-444, set./dez. 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5370>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjg-fBw9PyLxBxNRbf/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MILANO, G. B. Conflitos fundiários urbanos no poder judiciário: estratégias discursivas no fundamento das decisões. **Revista de Direito da Cidade**, [S.], v. 9, n. 4, p. 2047-2071. <http://dx.doi.org/10.12957/rdc.2017.29548>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MIOTO, R. C. Estudos socioeconômicos. *In*: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS – Associação Brasileira De Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 481-496.

NETO, A. S. C. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. **Geographia**, [S.] v. 15 n. 29, p. 23-52, 2013.

PERRONI, J. M. Desigualdades regionais e programas de transfência de renda: uma análise do programa Bolsa Família. *In*: **Questão Social e Proteção Social**. GÓIS, J. B. H. (Org.). Rio de Janeiro: Imo's gráfica. 2013.

PINTO, M. **A identidade socioterritorial missioneira na cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas Reduções Jesuítico-Guarani**. 2015. 367 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131160>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEPLAG-RS – Secretária de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre. 2021.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. *et. al.* (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.